

## Parte I - Panorama da crítica feminista

A crítica feminista em questão: perspectivas e representantes

Jacicarla Souza da Silva

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SILVA, JS. *Vozes femininas da poesia latino-americana: Cecília e as poetisas uruguaias* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 221 p. ISBN 978-85-7983-032-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

PARTE I

PANORAMA  
DA CRÍTICA FEMINISTA

*Érase una vez...  
De la historia que sigue aún no puede decirse: "sólo es una historia".  
Este cuento sigue siendo real hoy en día. La mayoría de las mujeres que han despertado recuerdan haber dormido, haber sido dormidas.*

Hélène Cixous



## A CRÍTICA FEMINISTA EM QUESTÃO: PERSPECTIVAS E REPRESENTANTES

Notar as discussões apontadas pelo feminismo no decorrer de sua trajetória é primordial para compreender seu reflexo na América Latina. Dessa forma, antes de tratar das principais perspectivas da crítica feminista latino-americana, cabe elucidar a formação desse movimento em âmbito mundial.

O termo *feminismo* como sinônimo de emancipação da mulher, segundo Karen Offen (1988 apud Humm, 1994, p.1), será utilizado de maneira recorrente na Europa somente a partir de 1880. Hubertine Auclert teria sido uma das primeiras a intitular-se *feminista*, manifestando suas opiniões sobre essa questão tanto em seu periódico *La Citoyenne*, de 1882, quanto em um congresso ocorrido na capital francesa em maio do mesmo ano. Tais acontecimentos, conforme destaca Humm (loc. cit.), difundiriam a utilização da expressão por outras regiões europeias: “por volta de 1894/1895, o termo havia cruzado o Canal da Grã-Bretanha/Inglaterra”.

Embora no século XIX tenha-se a presença de vozes como a de Hubertine, e antes ainda, no século XVIII, as de Madame de Staël (1766-1817) ou a de Mary Wollstonecraft (1759-1797), o movimento feminista somente ganhará força em meados do século XX. O que não é de se estranhar ao considerar as condições sociais a que as mulheres foram submetidas durante a história da civilização.

Sabe-se que na Grécia antiga, por exemplo, a mulher possuía o mesmo *status* de um escravo, sendo excluída das fontes de conhecimento, como ressaltam Alves e Pitanguy:

Estando assim limitado o horizonte da mulher, era ela excluída do mundo do pensamento, do conhecimento, tão valorizado pela civilização grega. Exceção feita das *hetairas*, cortesãs cujo cultivo das artes tinha como objetivo torná-las agradáveis companheiras dos homens em seus momentos de lazer, a mulher grega não tinha acesso à educação intelectual. O único registro histórico de um centro para formação intelectual da mulher foi a escola fundada por Safo, poetisa nascida em Lesbos no ano de 625 a.C. (Alves & Pitanguy, 2003, p.12-4)

Na Idade Média, esse quadro não se altera muito, apesar da considerável participação feminina na vida social e econômica. Registros revelam que durante esse período havia “uma disparidade na distribuição da população por sexo, com predominância do contingente adulto feminino” (Alves & Pitanguy, 2003, p.16). A ausência da figura masculina é explicada pelas constantes guerras, viagens e até mesmo a dedicação à vida monacal. Assim, a mulher se vê obrigada a executar as tarefas realizadas anteriormente pelos homens. Nesse período, entretanto, a figura feminina continua sendo bastante hostilizada; prova disso é a Inquisição, que teve início na Idade Média e se estendeu durante o século XVII, com suas perseguições infundadas às bruxas. Vale lembrar que estas não eram condenadas somente pela Igreja Católica, mas também pelas religiões protestantes, que se demonstraram grandes “exterminadoras de mulheres”, como destaca o fragmento abaixo:

O advento do protestantismo não significou uma queda nesta perseguição. Ao contrário, tanto Lutero quanto Calvino aderiram à mesma, apoiados na Bíblia. *Segundo alguns autores chegou-se mesmo a se estabelecer uma competição entre as duas religiões no que se refere à “caça às bruxas”*. Jules Michelet, em *Sobre as feiticeiras*, transcreve números estarrecedores: por ordem de seu bispo, a cidade de Genebra queimou, no ano de 1515, em apenas 3 meses, nada menos que 500 mulheres; na

Alemanha, o bispado Bamberg queima de uma só vez 600, e o de Wurtzburgo, 900. (Ibidem, p.25, grifo meu)

No século XIV, momento de transição entre a Idade Média e a Renascença, ainda é possível observar de modo efetivo a atuação do trabalho feminino, porém sem a mesma remuneração concedida aos homens. Contudo, é a partir do Renascimento que se nota uma superexploração e desvalorização da mão de obra feminina, em virtude da grande concorrência com a masculina.

Por outro lado, a difusão dos ideais iluministas no período da Revolução Francesa permitirá que as mulheres se organizem em prol de seus interesses. É o caso de Marie Olympe Gouges (1748-1793), que apresenta à Assembleia Nacional da França, em 1791, sua *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne*, documento no qual reivindica direitos igualitários de expressão para ambos os sexos. Ainda no século XVIII, além de Wollstonecraft, é notável a presença de Mary Astell (1666-1731), com o escrito *Some reflections upon marriage*, de 1730, “que ironiza a sabedoria masculina e despoetiza as relações existentes na sociedade familiar” (Zolin, 2005, p.184). Entretanto, a mulher entra no cenário político, nos Estados Unidos e na Inglaterra, somente na segunda metade do século XIX, quando são realizadas as campanhas pela igualdade legislativa e pelo sufrágio feminino. Como forma de legitimar o movimento, criam-se algumas associações, conforme aponta o trecho a seguir:

Em 1840, as americanas Elizabeth Cady Stanton, Susan B. Anthony e Lucy Stone passaram a liderar um sólido movimento pelos direitos das mulheres. As duas primeiras criaram a National Woman Suffrage Association (Associação Nacional para o Voto da Mulher), que, além de reivindicar o voto feminino, lutava pela igualdade legislativa, enquanto Stone criava a American Woman’s Suffrage Association (Associação Americana para o Voto das Mulheres), que somava às reivindicações sufragistas outras ligadas à reforma das leis do divórcio. Essas duas organizações foram fundidas em 1890 para formar a National American Woman’s Suffrage Association (NAWSA) (Associação

Nacional Americana para o Voto das Mulheres), que, contando com o apoio de outras ativistas, conseguiu o direito de voto às mulheres americanas em 1920. (Ibidem, p.184)

Desse modo, percebe-se que a ênfase das exigências incidirá, a princípio, sobre aquelas mais primárias, como condições igualitárias no trabalho, o direito ao voto, ao acesso à educação. Pode-se afirmar que, ainda no início do século XX, as manifestações femininas estavam ligadas às lutas operárias. A partir dos anos 1930 é que se notam intervenções direcionadas estreitamente às reivindicações das mulheres.

É importante frisar que é por meio do movimento feminista que as mulheres começam efetivamente a se conscientizar e se questionar acerca da sua condição. Os estudos literários, diante dessa situação, entram nas discussões que permeiam a contestação do discurso patriarcal em relação às produções de autoria feminina.

A ênfase do enfoque sobre a mulher nas diversas áreas de estudo é resultado direto do movimento feminista das décadas de 60 e 70, pretendeu/pretende principalmente, destruir os mitos da inferioridade “natural”, resgatar a história das mulheres, reivindicar a condição de sujeito na investigação da própria história, além de rever, criticamente, o que os homens até então, tinham escrito a respeito. (Duarte, 1990, p.15)

Ainda no que se refere à representatividade do movimento feminista, Rosiska Darcy Oliveira (1999) salienta que é através dele que as mulheres irão problematizar, de maneira geral, as condições às quais foram submetidas em nome de uma hegemonia masculina:

*Ao questionar o corte hierárquico do mundo, ao afirmar que o pessoal é o político e que a política se enraíza na vida cotidiana e nos sentimentos privados, ao opor ao modelo único a ser imitado uma pluralidade de projetos e identidades a serem inventadas, essas novas protagonistas sociais atacam princípios sagrados da ordem estabelecida. A expressão*

*coletiva desse questionamento de normas – valores e modos de organização ficou conhecida como movimento feminista.* (Oliveira, 1999, p.48, grifos meus)

Costuma-se situar a crítica feminista em três grandes momentos. O início da primeira fase corresponderia à década de 1960, em que se procurou verificar a representação feminina em obras de autores masculinos. Já o segundo período foi marcado pela relação entre a escrita de autoria feminina e o posicionamento de suas respectivas escritoras, mais precisamente, o que Showalter (1979 apud Macedo & Amaral, 2005, p.88) denominou de *ginocrítica*, e o terceiro momento (no início dos anos 1980) enfatizou as questões referentes ao gênero, bem como as relações de poder e repressão.

Beth Miller, segundo Constância Lima Duarte, ao comentar o posicionamento das escritoras, designa tais fases como “ondas literárias”; estas seriam, primeiramente, a *andrógina*; em seguida, a *feminina*; e a terceira, *feminista*:

Na “andrógina” as mulheres tentavam escrever como os homens e corresponderia às primeiras manifestações literárias. A segunda posição definia-se a partir da consciência de que a vivência diferenciada da mulher implicaria num discurso próprio. E a terceira, marcada pelo Ano Internacional da Mulher, as escritoras já expressariam conscientemente “coisas de mulher” em seus textos e pressupõe a existência de uma geração de escritoras feministas. (Duarte, 1990, p.22)

Esses momentos apontados por Miller equivalem ao que Showalter chama de escrita feminina (*feminine*), feminista (*feminist*) e fêmea (*female*): “a primeira de imitação e internalização das normas masculinas, [...] a segunda, a *fase de protesto* [...] e a terceira, a de autorrealização...” (ibidem, p.22, grifo do original).

Durante os anos 1960 e 1970, período de efervescência do movimento feminista, os estudos relacionados à crítica, como foi mencionado anteriormente, procuram discutir, em linhas gerais, a representação feminina nas obras de autores masculinos. Procura-



-se resgatar e reavaliar o papel da escrita feminina, mostrando a relação de poder exercida pela produção dominante. Kate Millet, por exemplo, em *Sexual politics* (1970) parte das ideias de Virginia Woolf para destacar o domínio do poder patriarcal. Nesse livro, Millet analisa, em síntese, a representação estereotipada da figura feminina em obras de ficcionistas como D. H. Lawrence, Norman Mailer, Henry Miller. Conforme observou Funck (1999, p.18), trata-se da “primeira obra importante da crítica feminista norte-americana”. Seguindo essa mesma perspectiva de *Sexual politics*, o livro *Woman in sexist society: studies in power and powerless* (1971) apresenta textos das críticas feministas Elaine Showalter, Catherine Stimpson e também de Kate Millet.

Ainda no que se refere aos trabalhos significativos nesse período, conforme aponta Humm (1994, p.9), vale ressaltar o ensaio da poetisa Adrienne Rich intitulado “When we dead awaken: writing as re-vision” (1971), bem como o estudo *Thinking about women* (1968), de Mary Ellmann; além dos trabalhos de Betty Friedan, Germaine Greer, Carolyn Heilbrun, Judith Fetterley, Eva Figes, Alice Walker, Annete Kolodny.

Não resta dúvida de que a contribuição de Virginia Woolf e de Simone de Beauvoir foi decisiva para a crítica feminista do século XX. As reflexões levantadas por essas autoras servirão de esteio aos trabalhos posteriores. A escritora inglesa ressalta a importância das questões sociais e de gênero, chamando a atenção para a perspectiva da mulher e seu olhar diante do mundo, enfatizando a ruptura da escrita feminina diante da linguagem da escrita tradicional/dominante.

Em *A room of one's own* (*Um quarto que seja seu*), publicado pela primeira vez em 1929, Woolf aborda a condição da mulher como escritora, bem como a sujeição intelectual feminina. Trata-se de um estudo sobre a mulher e a literatura que teve origem nas anotações feitas por ela para duas conferências realizadas em estabelecimentos de ensino para mulheres em Cambridge no ano de 1928. Ainda no tocante à relação entre mulher e ficção, ela questiona:

“Qual o efeito da pobreza na ficção? Quais as condições necessárias para a criação de obras de arte?” (Woolf, 1978, p.39). Em outras palavras, qual o reflexo dessas condições femininas na ficção produzida por elas? Até que ponto isso interfere na produção artística?

A importância de um espaço (a *room*) próprio a que alude a autora de *Orlando* também é retomada por Beauvoir em *O segundo sexo* (1949). Assim como Woolf, ela reconhece que apenas pela independência feminina torna-se possível chegar a um “caminho de libertação”:

Foi pelo trabalho que a mulher cobriu em grande parte a distância que a separava do homem; só o trabalho pode assegurar-lhe uma liberdade concreta. [...] entre o universo e ela não há mais necessidade de um mediador masculino. [...] produtora, ativa, ela reconquista sua transcendência; em seus projetos afirma-se concretamente como sujeito, pela relação com o fim que visa, com o dinheiro e os direitos de que se apropria, põe à prova sua responsabilidade. (Beauvoir, 1960, v.2, p.449)

Simone de Beauvoir também irá discutir os motivos pelos quais a mulher se submete à opressão. Segundo ela, ao aceitar essa condição repressora, o sexo feminino estaria sendo cúmplice da dominação masculina, cabendo, portanto, à mulher reverter essa situação.

Dir-me-ão que todas estas considerações são bem utópicas, posto que fora necessário “para refazer a mulher” que a sociedade já a tivesse feito *realmente* igual ao homem: os conservadores nunca deixaram em todas as circunstâncias análogas de denunciar este círculo vicioso; entretanto a história não para. [...] Sem dúvida se colocarmos uma casta em estado de inferioridade, ela permanece inferior: mas a liberdade pode quebrar o círculo. Deixem os negros votar, eles se tornarão dignos do voto; deem responsabilidades à mulher, ela as saberá assumir [...] parece mais ou menos certo que atingirão dentro de um tempo mais ou menos longo a perfeita igualdade econômica e social, o que acarretará uma metamorfose interior. (Beauvoir, 1960, v.2, p.497, grifo do original)

Essa ideia de igualdade e semelhança, em que se alicerça o feminismo existencialista da filósofa francesa, será posteriormente questionada pelas teóricas pós-Beauvoir, que irão destacar a diferença, ou melhor, “exaltar o direito de a mulher proteger os valores especificamente femininos e rejeitar a referida ‘igualdade’, entendida como disfarce para forçar as mulheres a se tornarem como homens” (Zolin, 2005, p.189).

É importante lembrar que na década de 1970 há uma crescente preocupação em verificar as leituras que as mulheres faziam acerca da própria escrita. Trata-se de uma fase de redescoberta, a qual Showalter caracterizou como *ginocrítica*. Ela, conforme destacou Castro, sugere dois tipos de crítica:

“crítica feminista”, que se dedicaria a mulheres como leitoras e “ginocrítica”, que se dedicaria a mulheres como escritoras, sendo que esta última modalidade visaria a psicodinâmica da criatividade feminina, através de sua literatura, ou seja, a pesquisa, sob a luz da Psicanálise, do universo imaginário da mulher. (Castro, 1992, p.228)

Showalter desempenha um importante papel nas reflexões acerca desse assunto. Em “A crítica feminista no território selvagem”, a autora discute algumas teorias relacionadas à produção feminina, centradas nos modelos biológico, linguístico, psicanalítico e cultural. Ela conclui que os estudos feministas que fazem uso do modelo cultural são aqueles que realizam de maneira mais satisfatória a discussão sobre o tema, por levarem em conta o ambiente histórico-cultural no qual se insere cada obra literária executada por mulheres.

No início de 1980, observa-se uma crescente preocupação em analisar a maneira como as ideologias sociais/sexuais estavam representadas nos textos literários. Outro aspecto bastante discutido nessa fase refere-se à construção da linguagem. Questiona-se, desse modo, até que ponto a produção de autoria feminina se diferen-

ciaria das obras executadas por homens. Sob esse aspecto, destaca-se a atuação de Hélène Cixous.

Cixous parte dos questionamentos de Jacques Derrida acerca das oposições hierárquicas mantidas pela sociedade ocidental para tratar o modo como esse contraste binário desprivilegia a mulher. Ela, aliás, aponta a presença dessa oposição entre *passividade* feminina e *atividade* masculina no próprio discurso filosófico:

Como todo la obra de Derrida atravesando-detectando la historia de la filosofía se dedica a hacerla aparecer. En Platón, en Hegel, en Nietzsche, se repite una misma operación, rechazo, exclusión, marginación de la mujer. Asesinato que se confunde con la historia como manifestación del poder masculino. (Cixous, 1995, p.15)

A escritora francesa também considera que esse sistema tem como ponto principal de funcionamento a própria repressão feminina. “*Excluida del espacio de su sistema, ella es la inhibición que asegura el sistema su funcionamiento*” (ibidem, p.20). Assim, a escrita da mulher tentará se rebelar contra essa condição repressora.

Al escribir, desde y hacia la mujer, y aceptando el desafío del discurso regido por el falo, la mujer asentará a la mujer en un lugar distinto de aquel reservado para ella en y por lo simbólico, es decir, el silencio. Que salga de la trampa del silencio. Que no se deje endosar el margen o el harén como dominio. (Ibidem, p.56)

Estudos como os de Cixous, Julia Kristeva, Luce Irigaray, revelam a contribuição das feministas francesas à crítica anglo-americana. Com base nas ideias de Simone Beauvoir, elas analisam as oposições presentes na representação literária da diferença sexual. Sobre a importância dessas autoras, aponta Humm:

French feminist theory played a crucial role in feminist criticism of the late 1980s by offering critics a new conceptualisation of the relationship between women, psychoanalysis and language. [...] French feminists aim to create positive representations of the feminine in a

new language which is often referred to as *écriture féminine*, or women's writing.<sup>1</sup> (Humm, 1994, *passim*, grifo do original)

O conceito de *écriture féminine*, elaborado pela crítica feminista francesa, em linhas gerais, apoia-se numa "identidade feminina". Desse modo, acredita-se que é possível notar elementos que caracterizam a produção realizada pelas mulheres. Discute-se uma feminilidade construída de acordo com os interesses do patriarcado. Este, por sua vez, consolida as oposições binárias entre macho/fêmea, em que o feminino é referenciado sempre como a parte negativa, como esclarece Rosiska Darcy Oliveira em *Elogio da diferença*:

No imaginário masculino, as mulheres, percebidas não só como diferentes, mas sobretudo, como inferiores, ocupam paradoxalmente, o lugar de "metade perigosa da sociedade". [...] Em razão mesmo de uma situação de alteridade, a mulher é definida como perigosa e antagonica. Em virtude dessa relação de oposição, é frequentemente associada às forças da mudança que corroem a ordem social e a cultura estabelecida. (Oliveira, 1999, p.30)

Em relação à *écriture féminine*, cabe dizer que se trata de uma definição bastante questionada, uma vez que, ao estabelecer aspectos que distinguem o discurso masculino do feminino, volta-se novamente para um binarismo do qual, a princípio, tenta-se escapar. Dessa forma, problematiza-se o fato de a feminilidade se restringir unicamente a um sexo. Todas as escritoras apresentariam uma peculiaridade tipicamente *feminina*? E os homens que escrevem? Também não poderiam tê-la? Perguntas como essas se mantêm no cerne dessa discussão. Elaine Showalter (apud Castro, 1992,

---

1 "A teoria feminista francesa desempenhou um papel crucial na crítica feminista nos finais de 1980, oferecendo ao crítico uma nova conceitualização do relacionamento entre mulheres, psicanálise e linguagem [...] feministas francesas objetivam criar representações positivas do feminino em uma nova linguagem a qual é geralmente referida como a *écriture féminine*, ou escrita feminina."

p.228) coloca-se contra a existência dessa essência feminina e “argumenta que qualquer padrão comum que se encontrar do feminino será apenas resultado de uma longa história de opressão”. Sobre essa questão, lembra Lúcia Osana Zolin:

O feminino, para Kristeva, como para Cixous, não implica a mulher real, pois, no que diz respeito à escrita, sujeitos biologicamente masculinos podem ocupar uma posição de sujeito feminino na ordem simbólica, conforme ela observa nas obras de artistas de vanguarda como Joyce e Mallarmé, entre outros. Ela vê no feminino a negação do fálico e, mais especificamente, na escritura feminina, uma força capaz de quebrar a ordem simbólica restritiva. (Zolin, 2005, p.196)

Ainda no que tange à influência da escola francesa, vale ressaltar a obra *The madwoman in the attic* (1979), de Sandra Gilbert e Susan Gubar. As autoras chamam a atenção para o fato de as escritoras colocarem em evidência suas experiências, assim como a perspectiva feminina. Por se apresentarem de maneira camuflada, tais aspectos (“femininos”) seriam ignorados pelos críticos tradicionais, que acabam realizando uma leitura superficial (Pinto, 1990, p.19). Esse livro irá influenciar outros trabalhos posteriores, também voltados para o viés psicanalítico, como *Writing and sexual difference* (1982) e *The voyage in* (1983), ambos de Elizabeth Abel, bem como os estudos de Mary Jacobus e Juliet Mitchell.

Já em meados dos anos 1980, é interessante observar a presença de discussões que giram em torno da diferença racial, em que se destacam nomes como Barbara Smith, Audre Lorde, Alice Walker, Barbara Christian e o das críticas feministas africanas e caribenhas. Nesse período também há representativos trabalhos relacionados ao *lesbian criticism*. Em outras palavras, enfatizam-se questões ligadas a outras categorias minoritárias.

Nesse período, sob o olhar desconstrutivista e pós-estruturalista destacam-se os estudos de Gayatri Spivak, que revelam um outro viés da crítica feminista. Spivak, pensadora indiana radicada nos EUA, também chama a atenção para a mulher nas sociedades periféricas, propondo uma reintrodução da dimensão histórica que, segun-

do ela, é esquecida pelos trabalhos sobre linguagem empreendidos por Kristeva e Cixous. Para Spivak, a linguagem é um veículo de ideologias sociais e políticas: “para fazer pensar profundamente acerca do racismo e sexismo/machismo embutido em estruturas literárias” (Humm, 1994, p.23).

Assim como Spivak, Toril Moi, em *Sexual/textual politics* (1985), enfatiza, com base nos conceitos do pós-modernismo, o fato de a crítica feminista ser marcada ideologicamente, não sendo possível notar marcas de uma neutralidade, mas sim de uma subjetividade evidente.

Ainda sobre esse assunto, Beth Miller demonstra-se de acordo com o posicionamento de Moi, como observa Constância Lima Duarte:

Para a americana Beth Miller, a crítica feminista, como a marxista, é uma variedade da sociológica ou sócio-histórica, e se distinguiria das demais pela sua *especial perspectiva* sobre o conteúdo ou a *interpretação ideológica* que podem nos dar uma percepção distinta da obra de um autor ou de uma autora. (Duarte, 1990, p.21, grifos do original)

Outro aspecto de grande relevância apontado por Moi em “Feminist, female, feminine” refere-se às considerações feitas por ela acerca dos termos *feminista e feminino*:

we can now define as female, writing by women, bearing in mind that this label does not say anything at all about the nature of that writing; as feminist, writing which takes a discernable anti-patricarchal and anti-sexist position; and as feminine, writing which seems to be marginalised (repressed, silenced) by the ruling social/linguistic order.<sup>2</sup> (Moi, 1989, p.132, grifos do original)

2 “Podemos agora definir como *female* [fêmea], a escritura realizada por mulheres, tendo em mente que este rótulo não diz absolutamente nada sobre a natureza de tal escrita; como *feminist* [feminista], escrita que toma uma discernível posição antipatriarcal e antissexista/machista; e como *feminine* [feminino], escrita que aparenta ser marginalizada (reprimida, silenciada) pela ordem social/linguística dominante.”

Acerca dessas afirmações de Moi, ao comentar o texto “Feminist literary criticism” da autora norueguesa, Nancy Campi de Castro esclarece:

As palavras “feminista” e “feminino” são rótulos políticos para o movimento de mulheres surgido no final dos anos 60. “Crítica feminista” é, por sua vez, um tipo específico de discurso político, direcionado contra o patriarcado e o sexismo, deixando de ser somente uma preocupação com o gênero na literatura. Trata-se, portanto, de algo mais que meros instrumentos metodológicos. (Castro, 1992, p.226)

Torna-se importante esclarecer que as feministas de língua inglesa utilizam os termos *feminine* e *masculine* para se referir às questões de gênero (convenções sociais) e, por outro lado, usam *female* e *male* para enfatizar os aspectos biológicos de cada sexo.

Já no idioma francês, utiliza-se somente um adjetivo para se referir à mulher, neste caso, o vocábulo *féminine*, que apresenta uma perda do peso político atribuído pelas feministas anglo-americanas. Isto acarreta uma certa dificuldade para as falantes de língua inglesa, pois, ao falar em *écriture féminine*, por exemplo, não se sabe se a expressão representa uma escrita marcada pelos valores que a sociedade instituiu como *feminino* ou se corresponde simplesmente a um texto de autoria feminina que pode ou não ter marcas do *feminino*. Desse modo, o grande problema estaria em identificar se a expressão estaria se referindo ao gênero ou ao sexo (Queiroz, 1998, p.17). Para as francesas Cixous e Kristeva, *féminine* se relaciona ao que está à margem, podendo ser representado tanto pelo sujeito masculino como pelo feminino.

Ainda sobre a definição desses termos, a língua portuguesa, como língua românica, apresenta um problema semelhante ao idioma francês (Macedo & Amaral, 2005, p.68); os vocábulos *female/male*, tão recorrentes nos textos da crítica anglo-americana, acabam sendo inapropriados para os falantes do idioma português. O mesmo ocorre com o termo *feminista*, que, devido às conotações panfletárias, é visto de maneira pejorativa, diferentemente da língua



inglesa, em que é usado normalmente. É importante frisar, porém, que ele deve ser compreendido como “categoria política”, e não de modo depreciativo, uma vez que se refere ao “feminismo entendido como movimento que preconiza a ampliação dos direitos civis e políticos da mulher, não apenas em termos legais, mas também em termos da prática social” (Zolin, 2005, p.183), ao passo que a palavra *feminino*, no contexto brasileiro, está mais ligado às marcas culturais de gênero, não apresentando o mesmo teor empregado por Cixous a partir da *écriture féminine*, correspondendo, nesse sentido, a um termo empregado tanto na oposição ao *masculino*, aludindo às convenções sociais, ou melhor, “a um conjunto de características (atribuídas à mulher) definidas culturalmente, portanto em constante processo de mudança” quanto na simples referência ao sexo feminino, “ao dado puramente biológico, sem nenhuma outra conotação” (Zolin, loc. cit.). **Dessa forma, percebe-se que o uso, bem como a significação dos termos, dependerá do contexto discursivo** (Queiroz, loc. cit.).

No que se refere aos estudos da crítica feminista, na década de 1990, as discussões que giram em torno dos estudos de gêneros serão retomadas. Com a publicação de *Speaking of gender* (1989), Showalter, por exemplo, irá focalizar essa questão. Ela ressalta que a identidade sexual não se constrói somente pelas diferenças biológicas, mas pelas divergências sociais e culturais a que a sociedade submete o indivíduo, ou, como definiu Nicholson (2000), “uma organização social da diferença sexual”. Assim, *Speaking of gender* “representa uma mudança significativa do foco na escrita feminina na mais recente crítica feminista e do foco em significações do feminino nos trabalhos de Igaray, Jardine e outros” (Humm, 1994, p.20).

De acordo com as considerações feitas aqui, pode-se afirmar que a crítica feminista se fundamenta em duas grandes vertentes: a escola francesa, influenciada pela psicanálise lacaniana e pelo conceito de desconstrução derridiana; e a escola anglo-americana, que se centra na formação do cânone, bem como nas questões que permeiam as ideologias de gênero (Queiroz, 1997, p.14).

Mediante essas distintas direções, mas que se entrelaçam, a crítica feminista atual tem como principais objetivos: focalizar o modo como as mulheres são representadas nas normas sociais e culturais predominantes, resgatar textos de autoria feminina negligenciados pela crítica tradicional, confrontar as leituras e métodos sustentados por essa crítica, destacar o posicionamento dessas mulheres como leitoras que, por sua vez, representam um novo olhar frente à produção da escrita feminina.